

BNCC: UM DOCUMENTO NORMATIVO NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Debora Paula da Silva¹

RESUMO

Este trabalho é derivado de pesquisa em andamento no Departamento de Geografia Humana na Universidade de São Paulo na linha de pesquisa Teoria e Método e tem como objetivo responder à pergunta título do capítulo 1, "o que é a BNCC?". Neste capítulo debateremos as possibilidades qualitativas atribuídas à Base Nacional Comum Curricular, tais como: política pública, artefato cultural e documento normativo, este, neste artigo. Partindo de uma perspectiva crítica referente a sua condição normativa realizamos um debate conceitual e posteriormente teórico em torno das questões relacionadas aos possíveis interesses, dos quais decorrerão práticas pedagógicas. pautadas em seu conteúdo. Comparativamente, dialogamos com autores estrangeiros que, em suas análises das reformas educacionais realizadas há mais tempo em seus países demonstraram forte intervenção de empresas na determinação das diretrizes curriculares, a fim de favorecer demandas emanadas dos setores privados da sociedade. Os diferentes estudos apontam que há submissão teórica também da Base aos interesses mercantis pois a premissa de padronização dos conhecimentos está voltada para a obtenção de maior controle na execução de tarefas destinadas a sua produção. Concluímos que o tipo de documento escolhido para redigir o currículo nacional é coerente com os princípios econômicos neoliberais adotados pelo Estado brasileiro pois atua no sentido de padronizar conhecimentos com viés tecnicista, os quais promove a qualificação de estudantes para o mercado de trabalho instrumentalizando-os (as) sob princípios econômicos forjados para exercer maior produtividade e lucro para o setor empresarial nas sociedades capitalistas globalizadas.

Palavras-chave: Padronização; currículo; mercado de trabalho; neoliberalismo.

BNCC – A normative document in globalized capitalism

ABSTRACT

This work comes from the research in progress at the Department of Human Geography at the University of São Paulo in the research line Theory and Method. The present study aims to answer the question title of chapter 1, "what is the BNCC?". In this chapter we will discuss the qualitative possibilities attributed to the National Common Curricular Base, such as: public policy, cultural artifact and normative document. Through a critical perspective referring to its normative condition, we carried out a conceptual and theoretical debate around the issues related to the possible social results arising from the pedagogical practices based on its content. Comparatively, we dialogued with foreign authors whose analyzes of the educational reforms which happened in their countries longer before demonstrated strong intervention by companies in determining curricular guidelines, in order to favor demands emanating from the private sectors of society. The different studies point out that there is theoretical submission of the document to commercial interests because the premise of standardization of knowledge is aimed at obtaining greater control over the execution of tasks destined for knowledge production. We conclude that the type of document chosen to write the national curriculum is consistent with the neoliberal economic principles adopted by the Brazilian State, as it acts to standardize knowledge with a technical bias, which promotes the qualification of students for the labor market, by providing then with instruments under economic principles forged to exert greater productivity and profit for the business sector in globalized capitalist societies.

Keywords: Standardization; curriculum; labor market; neoliberalism.

¹ Mestranda no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Professora na Secretaria Municipal de Educação/São Paulo. E-mail: debora.paula.silva@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9763-7176>.

Introdução

Este trabalho é derivado de pesquisa realizada no Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo no qual discutimos a Base Nacional Comum Curricular – BNCC sob a perspectiva do significado desta ser um documento normativo. Com o objetivo de investigar os meios pelos quais a Base foi elaborada para compreendermos as suas finalidades na sociedade brasileira dialogamos com pesquisadoras e pesquisadores nacionais e estrangeiros que refletiram e debateram os interesses que constituem os princípios e fundamentos do currículo em sua relação com os padrões econômicos e políticos hegemônicos nas sociedades atuais.

Metodologia

O método de análise se fundamenta nas seguintes etapas: primeiramente realizamos o levantamento bibliográfico referente à definição do conceito chave e, em seguida debatemos o tema das reformas educacionais com autores que discutem a questão em seus países, tais como Estados Unidos e Inglaterra, em diálogo com a BNCC e autores que abordam a problemática no território nacional, por fim integramos as análises anteriores ao debate sobre o processo de construção do currículo nacional e sua relação com os interesses financeiros internacionais. Assim, para compreendermos o aspecto normativo, nos amparamos no trabalho do português Manuel Moreno (2007) em diálogo com artigos publicados em sítios particulares na internet, tais como Administradores e Transparência, além do documento oficial da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), os quais contribuíram para estabelecermos alguns limites de compreensão conceitual sobre o termo; para as análises das reformas educacionais no exterior, nos amparamos em Apple (1989), e Ball (2005), em diálogo com o texto da própria BNCC (Brasil, 2018) e com autores nacionais; o debate referente ao processo de construção do currículo nacional esteve a cargo do trabalho realizado por Girotto (2017) e a relação de seu conteúdo com interesses de instituições financeiras, empresas privadas e o capital internacional fundamenta-se no estudo de Mota Jr. e Maués (2014).

Resultados e discussões

Iniciamos a análise com a definição da BNCC em sua atribuição dada pelo sítio do MEC – Ministério da Educação e na própria introdução do seu texto oficial, no qual diz que:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que **define o conjunto de aprendizagens** essenciais que **todos** os alunos **devem desenvolver** ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (...) Seu principal objetivo é ser

a **balizadora da qualidade** da educação no País por meio do **estabelecimento de um patamar** de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. (BRASIL, 2018)

As palavras grifadas enunciam a autorreferência dos objetivos no texto em coerência com sua forma, pois sendo um documento normativo, suas finalidades convergem com a função a que se destina este tipo de documento, como veremos neste artigo, e, compreendermos tal função nos ajudará na melhor análise do seu teor, função e dos interesses que permeiam sua elaboração para assim dimensionarmos os possíveis impactos de sua implementação na sociedade brasileira.

Assim, no sítio portal da transparência – uma autarquia federal que tem a função de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo” – encontramos um documento editado pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – instituição privada, “sem fins lucrativos”), no qual a definição de documento normativo é dada nos seguintes termos: “um documento que estabelece regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados” sendo este “um termo genérico que engloba documentos como normas, especificações técnicas, códigos de prática e regulamentos.” (2006).

Para o historiador João Luiz Corrêa Gomes (2019), em artigo publicado em sua página na internet, denominada “administradores”, a função do documento normativo é “Definir um padrão de qualidade!” o que, para ele, de maneira resumida, define a “principal característica de um documento normativo” pois, a padronização se consiste numa elaboração “sistemática utilizada para estabelecer meios uniformes e modelos pré-definidos de atuação”, com a finalidade de “garantir e controlar a qualidade na execução de processos, tarefas e atividades que representem significativo risco para o alcance de resultados”. Gomes define sistema de padronização como “um dos pilares mais importantes para empresas que desejam implementar sistemas de gestão baseados na qualidade” pois, “através de sua implementação, a organização assegura que os processos e atividades serão executados segundo regras e procedimentos definidos”, com o objetivo de “minimizar, principalmente, a ocorrência de falhas operacionais, retrabalhos e desperdício”, já que o “estabelecimento de padrões auxilia no controle da operação da empresa, no crescimento da equipe de trabalho, na elevação da confiança e satisfação dos clientes e na retenção do conhecimento por parte da organização” decorrentes da “prática e experiência adquirida pelos colaboradores por meio da disseminação de informações ocasionada pela prática da padronização.” (GOMES, 2019). Tais procedimentos de controle mencionados já são exigidos nas atividades cotidianas escolares burocratizadas por meio de exigências de registros diários nas plataformas digitais das instituições de ensino público com interesse de reter informações sobre as experiências

pedagógicas realizadas por profissionais da educação em suas práticas diárias, pois todas as atividades desenvolvidas por professores deve ser registrada em sistemas de gestão criados para este fim.

Em relação à prática de criação de normas, o português Manuel Moreno (2007, p. 27), em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Autónoma de Lisboa aponta que os “primeiros vestígios de práticas de normalização” estão associados às primeiras civilizações, tais como os hititas (construção), assírios, babilônios e egípcios (pesos, medidas e dimensões), e à Grécia e Roma antigas “(dimensão das canalizações dos aquedutos, equipamento das carroças e veículos militares)”, desenvolvidas nas regiões no entorno do mar mediterrâneo. A normalização “moderna”, no entanto, segundo o autor teve início com o “desenvolvimento das técnicas industriais de produção e divisão do trabalho” decorrentes do “rápido desenvolvimento da indústria no século XIX” quando a “expansão do comércio internacional e todo um conjunto de outros factores” determinaram a “necessidade” de uma “uniformização internacional das normas nacionais”. (MORENO, 2007, p. 27). Segundo Moreno este processo deu origem a diversas instituições internacionais, dentre elas a ISO (*International Organization for Standardization, em tradução livre: Organização Internacional para Padronização*), para a qual, uma norma é uma “Especificação técnica ou outro documento acessível ao público, produzido com a cooperação e o consenso ou a aprovação geral de todas as partes interessadas” e fundamentadas em “resultados conjugados da ciência, da tecnologia e da experiência, visando o melhor proveito da comunidade no seu conjunto e aprovada por um organismo qualificado ao nível nacional, regional ou internacional.” (MORENO, 2007, p. 27). O autor considera citando Igalens e Penan, que esta “‘especificação técnica’ consiste numa definição ou determinação exacta (*sic.*) das características de um determinado processo, produto ou serviço” funcionando como um “facilitador” das atividades humanas e “um documento que permita rentabilizar essa mesma actividade (*sic.*) de forma precisa e clara” ou seja, prevê “tentar estabelecer um conjunto de parâmetros de acção (*sic.*) que sejam benéficos ao desenvolvimento universal de uma determinada actividade (*sic.*)”, as quais sejam “referências idóneas (*sic.*) do mercado a que se destinam.” (1994 *apud* MORENO, 2007, p. 27-28).

Em relação aos demais documentos, Moreno destaca que a norma possui certa especificidade, pois além de ser “aprovada por um organismo qualificado ao nível nacional, regional, ou internacional” se faz necessário o reconhecimento por autoridade pública ou setorial “denotando uma responsabilidade acrescida no conteúdo divulgado.” (2007, p. 29). Dentre tais especificidades três palavras são chave segundo o autor Éric Sutter (*apud* Cacaly, 1997, p.429 *apud* MORENO, 2007, p. 29): especificação, unificação e simplificação. Outro autor citado por Moreno referente a definição

de documento normativo é Joan M. Reitz para o qual a normalização consiste num processo que “estabelece normas e procedimentos uniformes num determinado ramo de actividade (*sic.*), geralmente para facilitar a troca e a cooperação e para assegurar a qualidade e realçar a produtividade.” (2004). Neste sentido, a normalização “facilita o comércio, difunde o conhecimento e partilha os avanços tecnológicos e as práticas de uma boa gestão.” (ISO, 2005b *apud* MORENO, 2007, p. 29). Em sentido diverso, o autor cita Faria e Pericão (1999, p.423, grifos nossos) e o Instituto Português de Qualidade (IPQ, 2006^a) para os quais a normalização tem a função de estabelecer soluções para problemas de carácter repetitivo com interesse na obtenção do maior grau de ordem mediante um determinado contexto ou domínio. Com este fim a normalização torna-se uma “ferramenta poderosa na auto-disciplina dos agentes activos (*sic.*) dos mercados ao simplificar os assuntos” tendo a capacidade de evidenciar ao legislador “se é necessário regulamentação específica em matérias não cobertas por normas.” (MORENO, 2007, p. 29)

Por fim Moreno (2007, p. 30) cita a definição do dicionário português o qual atribui ao termo o sentido de ser uma “actividade (*sic.*) pela qual se estabelecem normas nos âmbitos da vida humana que necessitam de regulação” (López Yepes, 2004, p 244). Nesta fonte, tanto quanto nas demais, “O campo de aplicação da normalização é muito vasto e está relacionado com todos os produtos, serviços e bens existentes no mercado.” (MORENO, 2007, p. 30). E, complementarmente, cita a compreensão de López Yepes para normalização documental, tal qual a BNCC, que é definida como uma “organização racional dos conhecimentos e seus suportes e o tratamento e dinamização do conjunto acumulado deles” no sentido de que “a acumulação de conhecimentos depositados nos documentos deve ser organizada de maneira que se produza sua total difusão”, para a qual a organização deverá passar pela “criação de centros que garantam a conexão internacional dos circuitos de informação” tendo em vista que os “processos que se realizam no documento, desde sua criação à sua utilização, sejam homogêneos.” (2004, p.244 *apud* Moreno, 2007, p. 30, tradução livre)

Dentre as organizações internacionais que se dedicam a atividade de normalizar, a UNESCO, sigla para *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura, tradução livre) – uma organização que se diz comprometida com a promoção da paz mundial por meio da educação, cultura e ciência – compõe este seleto grupo como a “pioneira na publicação de um código de boas práticas para publicações científicas”, no qual a “qualidade do documento científico já era tida em conta numa perspectiva normalizadora.” (MORENO, 2007, p. 24). A instituição desponta também como a principal fomentadora do conceito de competências para o século XXI, tema sobre o qual é possível encontrar diversos artigos científicos, blogs e sítios

com o mesmo perfil privado do segundo grupo, atrás do MEC, que responde a nossa pergunta inicial. Esses, por sua vez, destacam a “importância” do desenvolvimento das competências e habilidades de todos/todas estudantes para este fim, no sentido de sua elementaridade, na sociedade prevista. Tal grupo se divide entre sítios de instituições particulares de ensino, organizações “não lucrativas”, empresas de produção de material didático, softwares de gestão educacional e tecnologias voltadas para o desenvolvimento dessas competências e habilidades.

A exemplo disso, no sítio de um colégio particular de Brasília, como em tantos outros sítios de colégios particulares e instituições positivadoras da BNCC, tais como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna e o Todos pela Educação, após definirem o que é a Base conforme as prerrogativas estabelecidas pelo próprio MEC, complementam que ela busca atender às “demandas dos estudantes do século XXI” preparando-os para serem “protagonistas da sociedade em que vivem e para o mundo do trabalho.” (Colégio vivenciar). Embora saibamos que estudantes não participaram da elaboração do documento.

Nos estudos referentes às reformas educacionais Michael Apple (1989) em *Educação e Poder* aborda temas que convergem perfeitamente com as definições citadas, dentre elas, as especificidades apontadas por Sutter (1997). E, sob seus termos afirma que existem muitas estratégias utilizadas pelo estado para enfrentar crises nos seus “processos de acumulação e legitimação” sendo uma delas **arrochar** a “produção de conhecimento ‘útil’ e de agentes de força de trabalho” que por meio da reprodução do conhecimento e procedimentos técnicos e administrativos “empregados no setor industrial avançado da economia” tem grande efeito sobre o magistério. (p. 151 *apud* SILVA, 2021). Tais ações, no entanto, de acordo com o autor são contestadas por estudantes e seus pais, trabalhadores, em suas “culturas vividas” fornecendo as “bases para as resistências às ideologias de racionalização aos procedimentos técnicos e administrativos e às ‘exigências’ de controle no local de trabalho e na escola”, que, em contrapartida, são combatidas pelos setores industriais com o desenvolvimento de pesquisas e “técnicas gerenciais baseadas nas relações humanas”, as quais exercem maior controle no trabalho “sob as formas mais sutis” (APPLE, 1989, p. 152 *apud* SILVA, 2021).

Essa mesma história segundo Apple “transformou os tipos de ideologias e técnicas que estão tendo agora seu efeito sobre a educação”, pois sua “aparente legitimidade” na economia é dada pelo fato de que “o estado não pode escapar” de sua crise atual, tanto de legitimidade, quanto da “crise econômica mais ampla” e, os “frutos desse mesmo conhecimento técnico/administrativo que tem sido transformado nos escritórios, fábricas e empresas que rodeiam a educação” retornarão à escola

como “parte do modo como o estado acha que deve lidar com esses difíceis problemas.” (1989, p. 152 *apud* SILVA, 2021)

Dessa estreita relação diagnosticada entre o modelo técnico e produtivista dos currículos e os interesses empresariais, característicos nos documentos normativos, Apple exemplifica o caso no Reino Unido, onde documentos governamentais, como o *Green Paper* e o Grande Debate, “constituem expressões notáveis da habilidade do capital para reunir suas forças em tempos de crise econômica” pois vinculam a disponibilidade de recursos para a educação e para os serviços sociais ao “sucesso da Estratégia Industrial” e, tais estratégias são efetivadas por meio das pressões empresariais mobilizadas sob o argumento de que para a recuperação econômica e a manutenção do padrão de vida é necessário que o “desempenho da indústria manufatureira seja melhorado”, o que ocorre em função de condicionarem a “ampla gama de políticas governamentais, incluindo a educação” a contribuir “tanto quanto possível para melhorar o desempenho industrial, aumentando assim a riqueza nacional.” (APPLE, 1989, p. 153 *apud* SILVA, 2021).

No entanto, nas práticas econômicas de base capitalista, não importa quão volumosa seja a “riqueza nacional” sabemos que a distribuição é sempre concentrada e restrita aos grandes proprietários dos meios de produção e poder, o que gera, automaticamente, a acumulação dos recursos e, conseqüentemente, pobreza e desigualdade social. No Brasil isso é constatável tanto por meio de consulta aos dados científicos, quanto na realidade cotidiana. Basta andarmos nas ruas de São Paulo para flagrar a grande quantidade de moradores de rua em contraste com as mansões e os carros de luxo que circulam nas principais avenidas. Contraste que se repete até mesmo em pequenas cidades e/ou áreas rurais. Ao passo que, na Inglaterra, as contradições decorrentes da grande concentração de riquezas é manifesta em escala global considerando que o “sucesso” de sua economia está profundamente ligada à exploração dos recursos provenientes de países “periféricos”, empobrecidos por práticas de exploração colonial e industrial por parte dos países “centrais” da economia capitalista globalizada.

Em documento publicado no site do Senado², intitulado “Concentração de renda e riqueza e mobilidade social – A persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade” (2022), Marciano Seabra de Godoi compara padrões de desigualdade de renda e riqueza em diferentes nações e regiões do mundo enfatizando a recente trajetória de concentração de renda no Brasil. Com base na avaliação nos Índices de Gini o autor constata que “há várias décadas a África subsaariana e central reúne os países com maior concentração de renda no mundo, compondo também essa lista de campeões da desigualdade vários países

2 1 Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p61.pdf. Consultado em junho de 2023.

latino-americanos, entre eles, em primeiro lugar, o Brasil”, ranqueando em primeiro lugar com maior índice entre os países latino-americanos e oitavo mais alto do mundo. (p. 63). O índice calculado pelo próprio Banco Mundial, nos últimos 40 anos, aponta que a concentração de renda cresce fortemente na década de 1980, com ápice em 1989; decresce no período da década de 1990, “com mais intensidade do início dos anos 2000 até 2015, quando atinge seu menor valor; volta a crescer a partir de 2015, estando em 2019 no mesmo patamar em que estava em 2009”, sendo que o valor de 0,534 não representa o fato de que 1% da população com maiores rendimentos concentra a renda de 31% da riqueza nacional, enquanto os 10% com maiores rendimentos concentram 59,3% da renda e “os 50% da população com menores rendimentos acessam somente 9,8% da renda nacional” (WORLD,[2022?])

Para tanto, Apple exemplifica que na ação empresarial nos Estados Unidos, o Plano *Ryerson* faz parte de mais uma das tentativas de inserção dos interesses empresariais nos meios educacionais, e trata-se de um plano que convida professoras e professores a passarem férias de verão trabalhando com a gerência nas empresas para que eles possam conhecer e transmitir a seus estudantes um “‘conhecimento real’ a respeito dos benefícios e necessidades empresariais”. (1989, 153). O autor destaca que os “melhores exemplos de incursão dos procedimentos de controle técnico são encontrados no crescimento excepcionalmente rápido do uso de ‘pacotes’ de material curricular” que especificam todos os objetivos e inclui “tudo o que um professor ‘precisa’ para ensinar, tem os passos pedagógicos que o professor deve tomar para alcançar esses objetivos já embutidos, e já tem também embutidos os mecanismos de avaliação”, os quais, não apenas “pré-especifica quase tudo o que um professor precisa saber, dizer e fazer, mas em geral fornece um esboço de quais seriam as respostas apropriadas dos alunos a esses elementos.” (APPLE, 1989, p. 159)

Aqui já é possível inferir que a constituição da Base sob os princípios normativos que remonta à prática de padronização do conhecimento, pautados na perspectiva de qualidade e, conseqüentemente, controle das atividades e resultados está intimamente vinculada aos interesses do setor empresarial ligados ao capital internacional, os quais, decorrentes da lógica e do modo de produção capitalista global impõe aos territórios tradicionalmente ocupados por práticas políticas, econômicas, sociais e costumes diversos locais que são progressivamente subordinados à cultura capitalista em função de sua lógica de trabalho e produtividade voltados para o lucro e a acumulação privada, por meio de instituições de ensino e ambientes digitais mercantilizados.

Stephen J. Ball (2005) no artigo intitulado “Profissionalismo, gerencialismo e performatividade” analisa “a cultura de gestão e desempenho como duas das principais tecnologias da reforma educacional” pois estas envolvem a “utilização calculada de técnicas e artefatos para organizar forças humanas e capacidades em redes de poder” e sonega o espaço à “constituição da identidade profissional dos professores como prática ético-cultural.” (p. 539 *apud* SILVA, 2021). Neste sentido,

segundo o autor, “o profissionalismo está chegando ao fim” para dar lugar à performatividade e ao gerencialismo da prática docente, significando que tais mudanças recondicionariam a identidade profissional, como “tentativa de organizar a prática mediante a tomada de decisão ‘correta’”, ao mesmo tempo em que suspende “as possibilidades de reflexão moral e de diálogo” superados pela chamada “primazia da razão instrumental” (Taylor, 1989, p. 6 *apud* BALL, 2005, p. 540-543 *apud* SILVA, 2021).

Mas, embora a crítica de Ball seja tangível em relação a conferência de controle técnico dada pela prática docente numa perspectiva da “razão instrumental” é importante ponderar que, no que concerne ao juízo implicado por determinações externas à tomada de decisões, no processo anterior, nomeado por ele de “profissionalismo”, a prática “ético-cultural” estava fundamentada em padrões morais estabelecidos também por um grupo dominante estrangeiro que se impõe sobre toda a sociedade. Basta recordarmos as centenas e milhares de povos no ocidente: africanos, nativos (nas Américas) e europeus que foram submetidos ao longo dos últimos dois milênios à moral difundida pelas práticas proselitistas da ética judaico-cristã. Nesta perspectiva as definições que o autor atribui às novas tecnologias de controle não fogem do padrão anterior, já que a performatividade para ele é definida como “uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação” utilizada para empregar “julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança” possibilitando o “controle do contexto” e fornecendo “‘autonomia’ econômica (em vez de moral) para as instituições e, em alguns casos, para indivíduos, como os diretores de escolas.” (LYOTARD *apud* BALL, 2005, p. 543-544 *apud* SILVA, 2021). Para Ball isso implica o caráter “funcional e instrumental da modernidade, bem como a exteriorização do conhecimento e sua transformação em mercadoria” (2005, p. 543 *apud* SILVA, 2021).

Tal definição, no entanto, demonstra que aparentemente o moralismo está passando por um processo de laicização e mudança de paradigma, pois, na fase anterior à mencionada por Ball já havia controle, julgamentos e comparações, mas eram feitos sob parâmetros, perspectivas e a moral cristã. Ao passo que na concepção atual, realçada pelo autor, a nova moral se fundamenta no cientificismo, não mais no cristianismo, embora ambos no sentido moral e ideológico exerçam a mesma função de desmobilização dos saberes locais, como ferramenta de controle e padronização das relações subjetivas na sociedade. Essa condição pode ser verificada na competência geral número 2 da BNCC, a qual estabelece que se deve

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2018, p. 9)

Para além disso, o autor defende que o gerencialismo “tem sido o mecanismo central da reforma política e da reengenharia cultural do setor público nos países do norte nos últimos 20 anos”, utilizado para criar uma “cultura empresarial competitiva” (BERNSTEIN, 1996, p.75 *apud* BALL, 2005, p. 544). Tal cultura, para ele destrói “os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas” envolvendo “incutir uma atitude e uma cultura nas quais os trabalhadores se sentem responsáveis”, enquanto, ao mesmo tempo, “pessoalmente investidos da responsabilidade pelo bem-estar da organização.” (BALL, 2005, p. 544-545 *apud* SILVA, 2021).

Neste sentido a BNCC, nas seguintes competências específicas para o ensino de geografia, itens 5 e 7, respectivamente, estabelece que se deve: “(...) avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia”; e,

Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p. 366, grifos nossos)

As qualidades destacadas nas competências são de grande relevância se fossem estímulos a práticas exigidas em uma sociedade justa e verdadeiramente atenta às melhores condições para o futuro das gerações descendentes. Neste caso, tais recomendações seriam fundamentais para formar jovens comprometidos com o bem-estar da comunidade em que vivem e responsáveis com as tomadas de decisões que lhes forem pertinentes. No entanto, os princípios da economia vigente adotados pelo Estado nacional e conseqüentemente impostos por meio das instituições governamentais a sociedade são opostos aos princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. E, em se tratando de uma reforma educacional fundamentada em princípios econômicos neoliberais voltados para interesses privados, como é apontado por diversos autores e autoras que tratam o tema, há de se ter como prerrogativa a desconfiança sobre os verdadeiros interesses veiculados já que os grandes causadores dos principais problemas sociais e ambientais do planeta estão isentos nessa perspectiva, e, pelas quais são inclusive favorecidos, embora formar jovens responsáveis e comprometidos com premissas mais justas nos dará a oportunidade de vislumbrar um futuro melhor quando estes estiverem em suas idades ativas na sociedade, se não forem tomados por ideologias extremistas, fontes de violência e desentendimentos. Mas, se o currículo, como uma normativa favorável a capitalização da sociedade sequestra as atividades humanas e os recursos materiais e imateriais para o mercado de trabalho e para o mundo do consumo, do lucro privado e da mercadoria, quais garantias teríamos de que até mesmo as culturas não estariam também

mercantilizadas? Isso nos desperta para quando o documento atribui “valor” a elas, tal como na competência geral número 6 que estabelece que se deve:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 366).

No entanto, se as culturas são decorrentes da relação dos povos com o seu meio, e o meio está capitalizado, as culturas também serão conseqüentemente submetidas para este fim, o que torna a simples condição da Base ter a função de padronizar para regulamentar a educação básica e, a própria obrigatoriedade escolar, ameaças aos valores culturais diversos existentes no planeta decorrentes da grande diversidade de povos inseridos desde o início da colonização nos territórios ancestrais. Neste sentido, em relatório publicado no portal do MEC em 2010 intitulado “Relatório de análise de propostas curriculares de ensino fundamental e ensino médio”, organizado por Maria das Mercês Ferreira Sampaio, nas considerações preliminares é abordado a problemática da composição curricular compreendendo que “um documento de proposta curricular é uma síntese das discussões e reflexões de diferentes grupos envolvidos em sua elaboração, e nas propostas constam nomes dos assessores que orientaram sua elaboração e poderiam explicar algumas posições encontradas”, entretanto, “a própria escolha dessas assessorias já revela critérios de coerência com princípios defendidos por quem decide os rumos das propostas” embora não apenas os documentos importassem pois, além deles “estavam tradições, intenções, interesses, histórias de lutas e disputas, relações de força, ideias em confronto, enfim, o contexto que poderia esclarecer escolhas e caminhos abertos para a continuidade do trabalho no interior das escolas.”

Neste contexto, dentre os principais autores que conduzem os debates e as críticas referentes ao caráter da BNCC e sua composição enquanto currículo nacional está o geógrafo Prof. Dr. Eduardo Giroto do Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, o qual publicou, dentre muitos sobre o tema, o artigo intitulado “Dos PCNS a BNCC: O ensino de geografia sob o domínio neoliberal” (2017), onde ele afirma que a construção da Base “representa não apenas um momento importante de debate sobre a educação pública que queremos para as próximas décadas no Brasil”, mas também, “um momento crucial para a compreensão dos diferentes interesses e estratégias que atravessam a educação pública brasileira e o ensino de geografia” e por essa razão precisa ser lida a partir da “articulação de diferentes escalas espaço-temporais.” (p. 419-420). Assim, o professor busca na sua reflexão desvendar aquilo que segundo ele “não está sendo dito, dos sujeitos ocultos que estão na base da construção do documento” e tem “uma importância maior”

pois “representam interesses que buscam definir uma concepção de educação que, no limite, visa à difusão de um projeto de desenvolvimento econômico e social para o país”. (GIROTTTO, 2017, p. 420-421)

No entanto, de acordo com o autor, nas últimas décadas, tal projeto fora tomado por uma “tradição que remonta ao ensino enciclopedista na transição do século XIX ao XX” e continua sendo “reforçada por políticas curriculares de cunho neoliberal” a qual define “rigidamente, os conteúdos que devem ser trabalhados por alunos e professores, sem que haja espaço para criação e participação efetiva”, ao contrário disso, “o currículo tem cumprido uma importante função de controle técnico do trabalho docente” os quais exigem nenhuma interação por parte dos profissionais e resultam na minimização do contato entre os professores “a respeito de assuntos curriculares reais”. (GIROTTTO, 2017, p. 420-421). Assim Girotto aponta que “O controle sobre as diferentes etapas e processos que envolvem a ação educativa passa a ser o objetivo central de uma forma-curriculo que separa execução e planejamento”, pois, esta forma “é difundida como elemento neutro, dotado de certa cientificidade e apresentado como o único modelo de organização curricular capaz de produzir um ensino ‘eficiente’” o que para o autor é “amplamente difundido pelos defensores da lógica tecnicista de educação.” (2017, 421).

É possível observar que as críticas realizadas por Girotto vão também coerentemente de encontro com a singularidade do caráter de constituição do currículo enquanto documento normativo, pois toda a finalidade atribuída a este tipo de documento relacionada a demanda de mercado, produtividade e interesses internacionais são apontados pelo educador. Para ele, os PCN’s e, posteriormente, a BNCC, “fazem parte de uma série de reformas na educação brasileira colocadas em práticas (*sic.*) desde o início da década de 1990” que, em profundo diálogo com a “difusão de uma lógica de Estado pautado nos princípios neoliberais” nortearam o Plano Diretor da Reforma do Estado lançado em 1995, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e resultou em um “amplo processo de privatização dos serviços públicos e das empresas estatais.” (2017, p. 426-427)

Na mesma perspectiva a professora Nídia Nacib Pontuschka aponta também o quanto os PCNS não constituem um projeto isolado, pois fazem parte de políticas públicas educacionais iniciadas com a LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases) a qual fora estabelecida de acordo com as “determinações de políticas mais amplas ditadas pelo conjunto de países centrais para os países chamados emergentes, como o Brasil”, e respaldada pela cooperação do Estado, que “afetam profundamente o trabalho pedagógico das escolas brasileiras.” (1999, p. 14 *apud* GIROTTTO, 2017, p. 427).

Girotto por sua vez destaca que a análise construída por Pontuschka deixa clara a “defesa da necessidade de entendermos a elaboração dos PCNS a partir de sua articulação com um projeto

social mais amplo”, que tem na “reprodução da lógica do capital seu principal objetivo” e, a partir do qual, os fundamentos do documento encontraram sua razão de ser: “nesta perspectiva de, pela educação, construir um consenso em torno deste projeto social, difundido os valores, princípios e crenças que os sustentam.” (GIROTTTO, 2017, p. 427).

Para tanto, o professor denuncia que tal situação estava em flagrante contradição com os movimentos de renovação curriculares iniciadas no Brasil na década de 1980, pois estes buscavam “criar mecanismos e ações para a constituição de espaços efetivamente democráticos”, a partir dos quais, “não apenas um outro projeto de educação pudesse ser pensado, mas que a própria lógica de desenvolvimento social fosse colocada no centro do debate” (GIROTTTO, 2017, p. 429). Entretanto, as investidas foram interrompidas pela “lógica da descentralização centralizada” que institui o discurso dos especialistas competentes (CHAUÍ, 2007 *apud* GIROTTTO, 2017, p. 428-429) “vistos como os únicos capazes de definir os princípios teóricos e metodológicos que devem reger o sistema educacional brasileiro” e se tornando “a figura central na definição dos currículos”, o que tem como consequência a interdição da participação “mais ampla dos sujeitos da educação, sejam alunos, professores, pais e mães” pois, ao aludirem a uma “vontade de verdade, nos termos propostos por Michel Foucault (2005)” dotam de legitimidade certos conhecimentos representantes de “visões de mundo diretamente articuladas a certos projetos de sociedade” capazes de desarticular os sujeitos a falarem a partir de seus conhecimentos, saberes e práticas, e a constituírem-se na “dimensão de silenciamento que a forma de construção e implementação dos PCNs ajudou a difundir”, comprometendo o desenvolvimento de “identidades curriculares específicas em detrimento de tantas outras possíveis e já realizadas cotidianamente.” (GIROTTTO, 2017, p. 428-430).

Neste sentido da crítica do professor não podemos nos esquecer o fato de que a grande diversidade cultural existente no país concorre com o fato de que a própria educação escolar, de cunho capitalista, forjada no seio da revolução burguesa, já é uma imposição, que por si só, sepulta, não apenas currículos, mas os inumerados métodos tradicionais de ensino, economias, políticas, sociabilidades, interesses e necessidades próprias de cada povo e suas práticas coerentes com as suas demandas locais. Assim, as ciências surgem também como imperativos de verdades, tanto as religiões proselitistas, que acabam subordinando as demais narrativas às suas proposições lógicas e racionalizadas, próprias de uma cultura estrangeira imposta no processo ainda corrente de colonização cultural.

Em convergência com a citação de Girotto, na mesma obra citada Michel Foucault (2005, p. 3) inicia sua aula questionando a origem e a reprodução do poder viabilizado pela proposital desqualificação

do “saber das pessoas”, valorizado por “saberes eruditos”³ e legitimado por bandeiras institucionais terminam por sufocar os saberes locais mediante discursos pautados por autoridades especializadas pois, indaga o autor: “já que se é pago para fazer pesquisa, o que pode controlar a pesquisa que se faz?” (*apud* SILVA, 2021). Nesse contexto o autor caracteriza como “efeito inibidor próprio das teorias totalitárias” seu caráter “envolvente e global”, mencionando que estas teorias fornecem, com muita constância, “instrumentos localmente utilizáveis: o marxismo, a psicanálise estão precisamente aí para prová-lo”, porém, segundo ele, elas só o fazem “com a condição, justamente, de que a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 10 *apud* SILVA, 2021). Processo verificável em todos os discursos totalitários constituídos sob o formato de doutrinas ideológicas: machismo, feminismo, cristianismo, sexualismos, etc...

Foucault é reconhecido por sua defesa ao método genealógico enquanto forma de fazer valer os saberes locais, saberes históricos que confrontam a “instância teórica unitária” e agem “contra os efeitos centralizadores de poder” legitimadores de discursos totalitários que se impõe como autoridade hierárquica sobre os demais saberes, os quais usualmente são “desqualificados (...) em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns”, mas que ressurgem mediante a investigação crítica, já que, para ele, essas genealogias só foram possíveis e “só puderam ser tentadas, com uma condição: que fosse revogada a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas.” (2005, p. 13 *apud* SILVA, 2021)

Giroto menciona ainda a crítica recorrente realizada pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) sobre o que ele chama de “uma descabida obediência das políticas educacionais brasileiras ao Banco Mundial” apontam que os PCNs “vinham acompanhados da imposição de um sistema de avaliação da educação básica nacional, com forte viés tecnicista que reduzia a ideia de avaliação aos testes padronizados”, assim como o “modelo de currículo unificado” como ferramentas a serem utilizadas como mecanismos para garantir aos “diferentes sistemas de ensino, um maior controle sobre o trabalho docente, com profundas implicações em suas condições de carreira.” (2017, p. 430). O professor destaca que essa condição, alvo das principais críticas feitas pela comunidade acadêmica de Geografia à BNCC está articulada com um “conjunto de políticas mais ampla para a Educação e o Estado brasileiro, construídas por órgãos internacionais (em especial, o Banco Mundial) na década de 1990” que, segundo o autor “fazem parte de um amplo processo de ajuste neoliberal posto em prática em toda a América Latina (com exceção de Cuba), a partir dos acordos firmados em 1989 e

3 “Por sua etimologia latina, erudito vem de *ērudīō*, ou seja, (ē) ‘fora’ (da) (rudis) ‘rudeza’ – isto é, um homem cultivado.” Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/>. Acesso em 13/05/2022.

que ficaram conhecidos como ‘Consenso de Washington’”, por meio do qual o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, “representantes do capital transnacional, difundiram uma lógica de reforma neoliberal do Estado na América Latina, com profundo caráter recessivo”, resultando, “entre outras coisas” no “aumento da taxa de desemprego, da ampliação da desigualdade social e de cortes profundos nos investimentos em saúde, educação e cultura.” (GIROTO, 2017, p. 427)

Neste sentido, no sistema de quem paga a conta, manda, os esforços de manter o Brasil no lugar de devedor é uma constante insistência para que haja sempre um meio de exigir que se cumpra as ordens estabelecidas pelo mercado internacional. Assim, uma economia bem-sucedida e autônoma não interessa às instituições de poder pois inviabiliza sua intervenção nas decisões nos países ditos periféricos mediante chantagem, o que justifica ações políticas e econômicas no sentido de manter as economias periféricas vulneráveis.

As definições apresentadas até aqui são alarmantes quando consideramos que se trata da função que a Base, enquanto currículo nacional, exercerá na sociedade brasileira, pois, sendo criada para estabelecer um padrão de *qualidade* e *definir* aprendizagens e desenvolvimentos mínimos para finalidades específicas e pré-definidas, aponta intenção formal de controle voltado para um resultado previamente determinado que, por sua vez, tende a não atender às demandas da ampla maioria da população em suas diversidades sociais, políticas, culturais e econômicas. Tal função além de contrariar o princípio do respeito aos valores culturais, previsto na própria BNCC, privilegia uma visão específica de educação voltada para objetivos e interesses de grupos privados empresariais e promove uma lógica profundamente criticada por professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores da área de educação.

Conclusões finais

O debate realizado aponta para uma dimensão na qual a BNCC, como um documento normativo que padroniza conhecimentos diversos impõe parâmetros de qualidade que constituem uma ordem expansionista para a manutenção dos interesses capitalistas determinados pelo mercado internacional pois, a análise do processo de sua elaboração demonstra estreita proximidade dos seus princípios teóricos aos interesses demandados por instituições internacionais, convergentes com as expectativas do Banco Mundial e dos grupos empresariais. E, aponta também para um processo de laicização do ensino no qual a diversidade cultural, os saberes locais, tradicionais e culturais continuarão sendo silenciados por discursos totalitários de ordem autoritária, com a diferença de que agora, os discursos de autoridades científicas o farão em detrimento do até então hegemônico discurso religioso. Neste compasso, o discurso científico garantirá maior inserção dos valores do modo de produção capitalista na sociedade por meio dos princípios de formação e

educação no país considerando o caráter obrigatório da educação escolar, no qual a BNCC se configura como uma continuidade do processo colonial e civilizatório que se impõe sobre os costumes, as culturas, as economias e as políticas dos diversos povos residentes nessas terras, iniciada desde a sua invasão genocida no século XVI. Neste sentido temos a normatividade como meio técnico de controle e padronização e a laicização pelo cientificismo como processo ideológico de moralização das condutas sociais e dos profissionais da educação em suas atividades educativas.

Referências e Fontes digitais

ADMINISTRADORES. A importância dos padrões e documentos normativos, 2019. Disponível em <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-dos-padroes-e-documentos-normativos>. Acesso em 22 de março de 2023.

APPLE, M. Educação e Poder. Porto Alegre: Artmed, 1989.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. Cadernos de Pesquisa. V. 35, n. 126, set./dez. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de março/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Pareceres – Ensino Fundamental – Ciências Humanas – Geografia. Brasília, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pareceres>. Acesso em 22 de março/2023.

EDUCAÇÃO, Portal do Ministério da. Relatório de análise de propostas curriculares de ensino fundamental e ensino médio, 2010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7013-relatorio-seb-anlisepropostas-ef-em&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7013-relatorio-seb-analisepropostas-ef-em&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 22 de março de 2023.

GIROTTO, E. Dos PCNs a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>. Acesso em 22 de março/2023.

_____. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e disputa da qualidade educacional. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0207906, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/?lang=pt>. Acesso em março/2023.

MEC, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 22 de março/2023.

GODOI, M. S. “Concentração de renda e riqueza e mobilidade social – A persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade”. RIL Brasília a. 59 n. 235 p. 61-74 jul./set. 2022. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/235/ril_v59_n235_p61.pdf. Consultado em junho de 2023.

MOTA JR. W.P. MAUÉS O. C. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF/>. Acesso 22 março/2023.

MORENO, M. C. H. B. Comunicação científica e normalização documental – O uso de normas documentais em Portugal, principais actores e divulgadores. Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Documentais, para obtenção do grau de Mestre em Ciências Documentais, área de Biblioteca e Documentação, Lisboa, 2007. Disponível em https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2827/1/MORENOManuel-Comunica%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%Adfica.pdf. Acesso em 22 de março/2023.

SILVA, Debora P. O ensino de geografia nas escolas e a organização do espaço social *In* XIV ENANPEGE Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em geografia, 2021. Encontro à distância (EaD). ANAIS de Evento Revista ENANPEGE. ISSN: 2175-8875. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78657>. Acesso em 22 de março/2023.

TRANSPARÊNCIA, Portal da. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Normalização e atividades relacionadas – Vocabulário geral, 2006. Disponível em https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/ABNTISOIECGUIA2_2006Ed2.pdf. Acesso em 22 de março de 2023.

VIVENCIAR, Colégio. O que é a BNCC? Qual é a sua importância? 2021. Disponível <https://www.colegiovivenciar.com.br/post/o-que-%C3%A9-bncc-qual-sua-import%C3%A2ncia>. Acesso em 22 de março de 2023.